Do *apartheid* à guerra aberta

Os massacres promovidos nas últimas semanas por Israel não são acidente. Eles surgiram quando o governo Barak radicalizou, com apoio norte-americano, o projeto estratégico de transformar os árabes em párias, retalhar seu território por meio da multiplicação de colônias judaicas e aceitar apenas um Estado palestino títere.

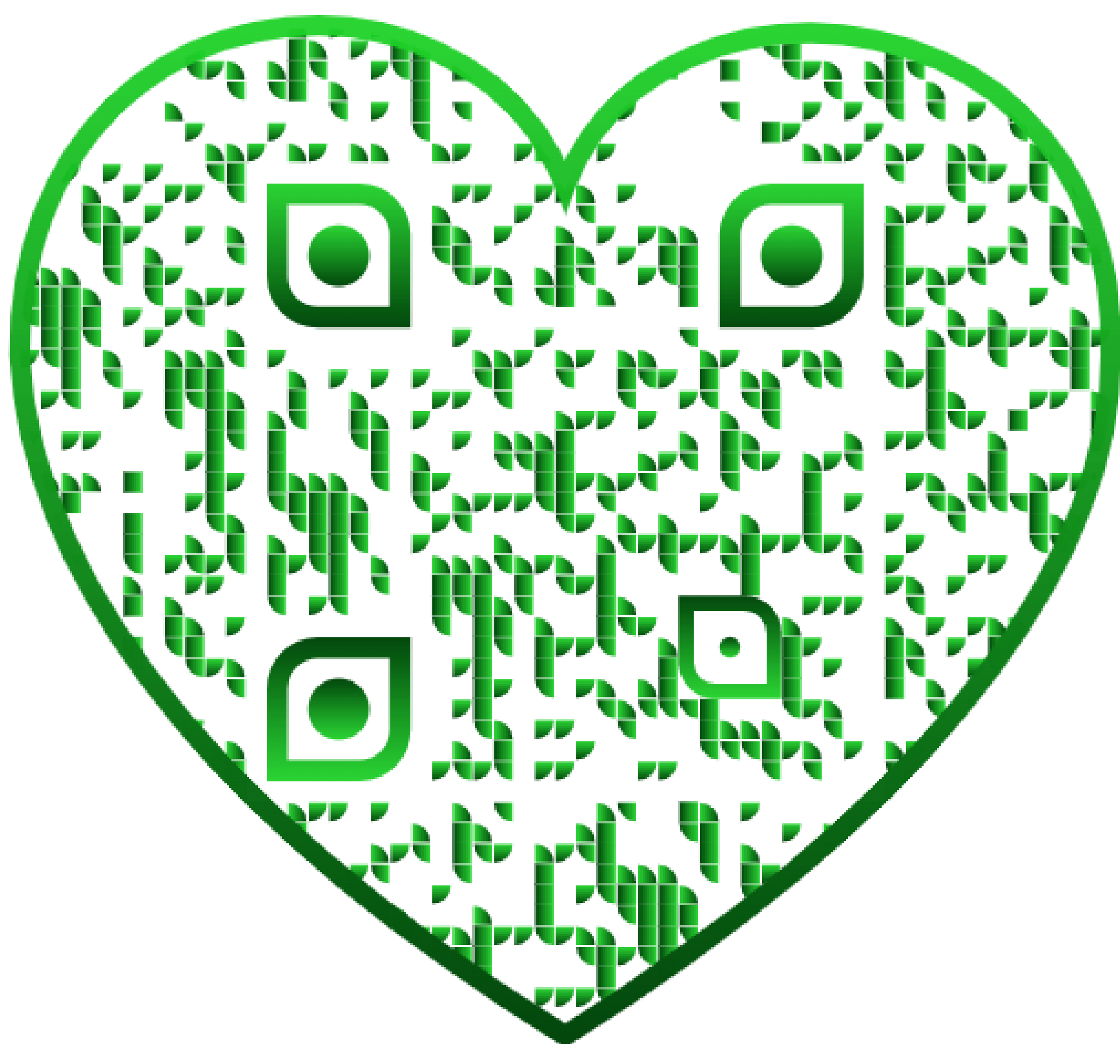
Noam Chomsky*

Depois de semanas de guerra não declarada nos territórios israelenses ocupados, o primeiro-ministro Ehud Barak anunciou um novo plano para determinar o status final da região.Durante estas semanas, mais de cem palestinos foram mortos – incluindo trinta crianças. Muitas vezes, foi por causa do "uso excessivo de poder letal em circunstâncias nas quais nem as vidas das forças de segurança, nem outras, estariam em perigo iminente, resultando em mortes ilícitas", concluído pela Anistia Internacional em um detalhado relatório que foi escassamente mencionado nos EUA. A proporção de mortes entre palestinos e israelenses foi de 15-1, em razão dos recursos de poder utilizados.

O plano de Barak não foi mostrado em detalhes, mas o esboço é familiar: ele se adequa ao "mapa de status final" apresentado pelos EUA e Israel como base para as negociações de Camp David, que fracassaram em julho. Tal plano propôs a cantonização dos territórios ocupados por Israel em 1967, com mecanismos que asseguram que as terras férteis e com recursos (principalmente água) permaneceriam amplamente em mãos israelenses, enquanto que a população seria administrada por uma autoridade palestina brutal e corrupta, assumindo o papel tradicionalmente concedido aos colaboradores indígenas nas inúmeras formas de controle imperial: a liderança negra dos bantos da África do Sul, para mencionar somente a analogia mais óbvia.

Através das colônias, afastar os palestinos de Jerusalém

Na parte oeste, o cantão norte incluiria Nablus e outras cidades palestinas. O cantão central seria baseado em Ramallah e o cantão sul em Belém. Jericó permaneceria isolada. Os palestinos seriam efetivamente desligados de Jerusalém, o centro da vida palestina.



Arranjos similares estão previstos para Gaza, com Israel mantendo a região litoral no sul e uma pequena colônia em Netzarim (palco de muitas das atrocidades recentes), o que é mais do que uma desculpa para uma massiva presença militar e estradas dividindo a faixa abaixo da cidade de Gaza. Estas propostas formalizam os vastos programas de instalação e construção que vêm sendo conduzidos por Israel, graças à ajuda norte-americana, com uma energia crescente, desde que os EUA foram capazes de implementar sua versão do "processo de paz" depois da Guerra do Golfo.

Para saber mais sobre as negociações e seu desenrolar, veja meu comentário de 23/07; e para um pano de fundo maior, o comentário de Alex e Stephen Shalom, de 10/10. O objetivo das negociações foi assegurar a adesão formal da Autoridade Palestina a este projeto. Dois meses após seu colapso, começou a fase atual de violência. As tensões, normalmente altas, aumentaram quando o governo de Barak autorizou a visita de Ariel Sharon com mil policiais aos locais sagrados muçulmanos (Al-Aqsa), numa terça-feira (28/09). Sharon é o típico símbolo do estado de terror e agressão israelense, com um rico acervo de atrocidades que datam de 1953. Seu propósito anunciado foi afirmar a "soberania judia" no complexo de Al-Aqsa, mas assim como apontou o veterano correspondente Graham Usher, "a intifada de Al-Aqsa", como denominam os palestinos, não começou com a visita de Sharon; mas antes pela massiva e intimidadora presença de policiais e militares que Barak introduziu no dia seguinte, o dia de orações. Previsivelmente, isso provocou conflitos, quando milhares de pessoas fluíam para fora da mesquita, deixando sete palestinos mortos e duzentos feridos.

Qualquer que tenha sido o propósito de Barak, não poderia haver um modo mais eficiente de montar o palco das chocantes atrocidades das semanas seguintes. O mesmo pode ser dito sobre as fracassadas negociações que se centraram em Jerusalém, uma condição observada estritamente por comentários norte-americanos. Possivelmente o sociólogo israelita Baruch Kimmerling estava exagerando quando escreveu que a solução para este problema "poderia ter sido alcançada em cinco minutos". Mas ele estava certo ao dizer que "por nenhuma lógica diplomática esta seria a questão mais fácil de ser solucionada" ("Ha'aretz", 04/10).

O modo seguro de provocar a guerra

É compreensível que Clinton e Barak queiram omitir o que estão fazendo nos territórios ocupados, o que é muito mais importante. Por que Arafat concordou? Talvez porque ele reconheça que os governantes

dos Estados árabes consideram os palestinos um estorvo e têm poucos problemas com o acordo ao estilo banto. Mas eles não podem negligenciar a administração dos locais religiosos, temendo a reação de seus próprios povos. Nada poderia ter sido mais bem calculado para desencadear um confronto de cunho religioso – do tipo mais ameaçador, como os séculos de experiência revelam.

A inovação primária do novo plano de Barak é que as exigências dos EUA e Israel sejam impostas pela força, ao invés da diplomacia coercitiva, e numa forma mais bruta de punir as vítimas que se recusaram a ceder polidamente. O esboço está de acordo com as políticas estabelecidas informalmente em 1968 (o Plano Allon) e suas variantes, que foram propostas desde então por grupos políticos (o Plano Sharon, os planos do governo trabalhista e outros). É importante lembrar que as políticas não foram somente sugeridas, mas também implementadas, com o apoio dos EUA. Este apoio tem sido decisivo desde 1971, quando Washington abandonou a estrutura diplomática básica inicial (Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 242) e adotou a rejeição unilateral dos direitos palestinos nos anos que se seguiram, culminando no "processo de Oslo". Uma vez que tudo isso tem sido efetivamente vetado da história dos EUA, não é preciso muito para descobrir os fatos essenciais. Eles não são controversos, somente mal interpretados.

Como já se notou, o plano de Barak é uma versão particularmente cruel da familiar rejeição norte-americana e israelense. Ele promove o corte de energia, água, telecomunicações e outros serviços, que são fornecidos em esquálidas porções à população palestina, agora sob cerco virtual. Seria possível lembrar também que o desenvolvimento independente foi implacavelmente barrado pelo regime militar de 1967, deixando a população num estado de penúria e dependência, situação que piorou consideravelmente durante o "processo de Oslo" realizado pelos EUA.

Imigrantes clandestinos, "commodity" essencial

Uma razão são os "cercamentos" instituídos de modo regular, mais brutalmente quanto mais dócil é o governo trabalhista. Como discutido por outra notável jornalista, Amira Hass, esta política foi iniciada pelo governo de Rabin "anos antes de Hamas planejar ataques suicidas, e foi aperfeiçoada ao longo dos anos, especialmente desde o estabelecimento da Autoridade Nacional Palestina". Um eficiente mecanismo de estrangulamento e controle, os cercamentos são acompanhados pela importação de uma *commodity* essencial que substitui a mão-de-obra

palestina barata e explorada, na qual muito da economia se apóia: milhares de imigrantes ilegais de todo o mundo, muitos destes vítimas das "reformas neoliberais" dos recentes anos de "globalização". Sobrevivendo na miséria e sem direitos, eles são freqüentemente descritos como uma força escrava virtual pela mídia israelense.

A atual proposta de Barak é estender tal programa, reduzindo ainda mais as perspectivas de mera sobrevivência dos palestinos. Uma grande barreira ao programa é a oposição da comunidade empresarial israelita, que conta com o mercado cativo palestino para os US$ 2,5 bilhões de exportações anuais, forjando "alianças com os oficiais de segurança palestinos" e com o "conselheiro econômico de Arafat, que lhes permitem retalhar propriedades palestinas com o consentimento oficial da Autoridade Palestina" ("Financial Times", 22/10; "New York Times", mesma data). Eles também visam estabelecer zonas industriais nos territórios, transferindo poluição e explorando uma força de trabalho barata no estilo das instalações *maquiadoras*, possuídas por empresas israelenses e pela elite palestina, que estão se enriquecendo como sempre.

Ao invés de limpeza étnica, "transferência invisível"

As novas propostas de Barak assemelham-se mais a um aviso do que a um plano, embora elas sejam uma extensão natural do que veio antes. Assim que forem implementadas, elas ampliarão o projeto de "transferência invisível", que tem acontecido há muitos anos e que faz mais sentido do que a absoluta "limpeza étnica" (como denominamos o processo quando é realizado por inimigos oficiais). As pessoas, compelidas a abandonar a esperança e sem oportunidades para uma existência digna, vagarão para qualquer outro lugar se tiverem a chance para isso.

Os planos, que têm suas raízes nos objetivos tradicionais do movimento sionista original (pelo espectro ideológico), foram articulados numa discussão interna do governo árabe israelense em 1948, enquanto a completa limpeza étnica estava a caminho: a expectativa era de que os refugiados "seriam esmagados e mortos", ao passo que "a maioria deles viraria poeira humana e o lixo da sociedade, juntando-se às classes mais miseráveis dos países árabes". Os planos correntes, ora impostos por diplomacia coercitiva ora por força absoluta, têm metas parecidas. Eles não são irrealistas se puderem ter apoio do poder dominante mundial e de suas classes intelectuais.

A situação corrente é descrita apuradamente por Amira Hass, no jornal israelense mais prestigioso ("Ha´aretz", 18/10). Sete anos depois da Declaração dos Princípios em setembro de 1993 – que profetizou esta situação para quem quis vê-la – "Israel tem controle administrativo e de segurança" na maioria da Margem Oeste e em 20% da Faixa de Gaza. Isso possibilitou "dobrar o número de colonos em 10 anos, aumentar as colônias, continuar a política discriminatória de corte de cotas de água para três milhões de palestinos, impedindo o desenvolvimento palestino em grande parte da Margem Oeste, e confinando uma nação inteira em áreas restritas, presas numa rede de estradas de desvio somente para judeus. Durante estes dias de severa restrição interna de movimento na Margem Oeste, pode-se ver como cada estrada foi construída cuidadosamente: se 200 mil judeus têm liberdade de movimento, mais ou menos três milhões de palestinos estão trancados em seus bantos até submeterem-se às exigências israelenses. O banho de sangue que vem acontecendo há semanas é o resultado natural de sete anos de mentira e decepção, assim como a primeira Intifada foi o resultado natural da ocupação direta israelense".

Colônias de judeus a todo vapor

As colônias e os programas de construção continuam, com o apoio dos EUA, quem quer que esteja em serviço no governo. Em 18/08, "Há´aretz" notou que dois governos – Rabin e Barak – declararam que o acordo estava "congelado", seguindo a singela imagem preferida pelos EUA e pela maioria da esquerda palestina. Eles fizeram uso da imagem de "congelamento" para intensificar a criação de colônias, incluindo incentivos econômicos para a população laica, ganhos automáticos para os assentados ultra-religiosos e outros artifícios. Estes podem ser realizados com pouca resistência enquanto que "o mal menor" aparentemente toma as decisões, modelo bem familiar alhures. "Há congelamento e há realidade", o relatório aponta causticamente. A realidade é que as colônias nos territórios ocupados aumentaram quatro vezes mais rápido em centros povoados por israelenses, continuando – talvez acelerando – sob Barak.

As colônias trazem consigo projetos de alta infraestrutura voltados a integrar parte da região dentro de Israel, deixando os palestinos isolados, salvo pelas "estradas palestinas" que são deixadas à própria sorte. Outro renomado jornalista, Danny Rubinstein, aponta que "os leitores de jornais palestinos têm a impressão (certa) de que as atividades nas colônias nunca param. Israel está constantemente construindo, expandindo e reforçando os acampamentos judeus na Margem Oeste e em Gaza. Israel está sempre tomando casas e terras

nas áreas que vão além dos limites de 1967 – e, claro, tudo às custas dos palestinos, limitando-os e pressionando-os num canto para depois expulsá-los. Em outras palavras, a meta é despossuí-los eventualmente de sua terra natal e de sua capital, Jerusalém". ("Há´aretz", 23/10)

Os leitores da imprensa israelense – Rubinstein continua – estão amplamente protegidos dos fatos incômodos, embora não por completo. Nos EUA, é muito mais importante manter a população na ignorância, mas por razões óbvias: os programas econômicos e militares dependem totalmente do apoio norte-americano, que é domesticamente impopular e o seria mais ainda se seus propósitos fossem conhecidos.

EUA, cumplicidade e mídia silenciosa

Para ilustração, em 03/10, depois de uma semana de lutas acirradas e de assassinatos, o correspondente de defesa do "Há´aretz" relatou "a maior aquisição de helicópteros militares pela Força Aérea Israelense da década", um acordo com os EUA para prover Israel com 35 helicópteros militares Blackhawk e partes avulsas, por um preço de US$ 525 milhões, mais combustível, seguindo a recente compra anterior de aeronaves patrulhas e helicópteros de ataque Apache. Estes são "o mais novo e mais avançado ataque multi-missionário de helicópteros no inventário dos EUA", o "Jerusalem Post" adiciona. Seria injusto dizer que aqueles que presentearam não podem descobrir os fatos. Numa pesquisa em banco de dados, David Peterson descobriu que a notícia saiu na imprensa de Raleigh (Carolina do Norte). A venda dos helicópteros militares foi condenada pela Anistia Internacional (19/10), porque estes "helicópteros supridos pelos EUA têm sido usados para violar os direitos humanos de palestinos e árabes israelenses durante o recente conflito na região". Certamente isto foi antecipado, revelando um cretinismo avançado.

Israel foi condenado internacionalmente (com abstenção dos EUA) pelo "uso excessivo da força, numa reação desproporcionada" à violência palestina. Isso inclui até mesmo as raras condenações do ICRC, especificamente, por ataques a pelo menos 18 ambulâncias da Cruz Vermelha ("New York Times", 04/10). A resposta de Israel é que as críticas são parciais, e por isso injustas. A resposta é inteiramente correta. Israel está empregando a doutrina oficial dos EUA, conhecida aqui como a "Doutrina Powell", embora ela seja de longa data – na verdade de séculos atrás: use a força maciça em resposta a qualquer ameaça observada.

Sob as asas da superpotência

A doutrina oficial israelense permite "o uso máximo de armas contra qualquer um que coloque em risco vidas e especialmente contra aqueles que atirem em nossas forças ou em israelenses" (Conselheiro militar legal israelita Daniel Reisner, "Financial Times", 06/10). O uso maciço da força pelo exército moderno inclui tanques, navios com canhões, armas precisas apontadas contra civis (geralmente crianças), etc. A venda de armas norte-americanas "não traz nenhuma cláusula de que não possam ser usadas contra civis", diz um oficial do Pentágono. Ele "considerou, porém, que os mísseis anti-ataque e os helicópteros de ataque não são tradicionalmente considerados instrumentos para controle de multidões" – exceto por aqueles poderosos o bastante para se livrar, debaixo das asas protetoras da superpotência reinante. "Não podemos prever que um comandante israelita utilizará um helicóptero Cobra porque suas tropas estão sendo atacadas", um outro oficial americano afirmou ("Deutsche Presse-Agentur", 03/10). Por isso, tais máquinas assassinas devem ser fornecidas em ritmo incessante.

Não é de se surpreender que um estado cliente dos EUA adote a doutrina militar padrão norte-americana, o que deixou uma marca forte demais para ser registrada, em especial nos anos recentes. Israel e os EUA não estão certamente sozinhos, ao adotar tal doutrina – e ela é até mesmo condenada às vezes: abertamente, quando adotada por inimigos que se quer destruir. Um exemplo recente é a resposta da Sérvia quando seu território (como os EUA insistem que é) foi atacado por guerrilhas albanesas, que mataram policiais sérvios e civis e seqüestraram civis (albaneses incluídos). O propósito, abertamente anunciado, foi provocar uma "resposta desproporcionada", que causaria a indignação ocidental e o ataque militar da OTAN. Documentos riquíssimos dos EUA, OTAN e outras fontes ocidentais estão disponíveis agora, muito deles produzidos no esforço para justificar os bombardeios. Considerando que tais fontes sejam críveis, concluímos que a resposta sérvia – mesmo sendo sem dúvida "desproporcionada" e criminosa, como se alegou – não se compara ao recurso-padrão à mesma doutrina pelos EUA e seus clientes, incluindo Israel.

Nos grandes jornais britânicos, podemos finalmente ler que "se os palestinos fossem negros, Israel seria agora um estado-pária, sujeito a sanções econômicas aplicadas pelos EUA (o que não é verdade, infelizmente). O desenvolvimento e as colônias da Margem Oeste seriam vistos como um sistema de *apartheid*, no qual seria permitido à população oprimida viver em uma ínfima porção de seu próprio país, em "bantos" auto-administrados, com os "brancos" monopolizando o suprimento de água e energia. Assim como a presença da população negra era autorizada nas áreas brancas da África do Sul, em cidades

desgraçadas e sem recursos, o tratamento de Israel aos árabes israelenses – flagrantemente discriminatório em relação aos gastos com moradia e educação – seria reconhecido como escandaloso também" ("Observer", "Guardian", 15/10).

Tais conclusões chegarão sem surpresas àqueles cujos olhos não foram tapados pelas viseiras doutrinárias impostas por todos estes anos. Continua sendo uma tarefa maior removê-las nos Estados Unidos. Isto é um pré-requisito para qualquer reação construtiva ao crescente caos e destruição, terrível e bem diante de nossos olhos, e com implicações de longo prazo, que não é nada agradável observar.

(Traduzido por Beatriz Alves Leandro)

* **Noam Chomsky** é lingüista e ativista político norte-americano, conhecido também pela profundidade de suas análises e denúncias sobre a "Nova Ordem" e o papel imperialista dos EUA